

*dossiê*

C O M U N I D A D E  
L G B T + E  
P A R T I D O S  
P O L Í T I C O S  
N O B R A S I L

**COMUNIDADE LGBTQ+ E  
PARTIDOS POLÍTICOS  
NO BRASIL**

EDITORA MONSTRA  
SÃO PAULO - SP | 2020

1	<b>MUNDO POLÍTICO PÓS 2013</b>	26	BAIXA PERFORMANCE DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA
3	O QUE NOS DIZIAM OS SITES DOS PARTIDOS EM 2014	27	TOKENIZAÇÃO E ISOLAMENTO LGBT+
4	<b>ATUALIZANDO A ANÁLISE EM 2020</b>	30	PODEMOS E DEVEMOS FALAR SOBRE OUTRAS PAUTAS
5	GOZO POLÍTICO	33	ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS PÓS-DIGITAIS SÃO POSSÍVEIS
7	OLHAR PARA OS DESEJOS E PARA AS LIMITAÇÕES	34	DECISÕES TOMADAS EM REDE
8	MAIORIAS MINORIZADAS	36	HACKEANDO O CAPITAL POLÍTICO
10	A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE NA POLÍTICA	38	EIXO INDIVIDUAL: CONVERTER A EXPERIÊNCIA DE CADA CORPO EM CAPITAL POLÍTICO
11	DIVERSIDADE QUE LUTA POR PAUTAS CIVILIZATÓRIAS	40	EIXO INSTITUCIONAL: CONSTRUINDO CAPITAL POLÍTICO DENTRO DOS PARTIDOS
13	CORPOS QUE DEFENDEM PAUTAS	43	EIXO ATIVISTA: A EXPERIÊNCIA DAS CANDIDATURAS COLETIVAS
15	CRESCIMENTO DAS CANDIDATURAS LGBT+	48	A MAGIA DA INTERSECCIONALIDADE
17	2020: MOVIMENTO LGBT+ DENTRO DO ARMÁRIO DOS PARTIDOS POLÍTICOS	50	DA VISIBILIDADE AO PODER DE AÇÃO
20	RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO	51	O QUE OS PARTIDOS PRECISAM APRENDER
22	ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS PATRIARCAIS E TRANSFÓBICAS	52	DICAS PARA QUEM QUER SE CANDIDATAR
25	É PRECISO FALAR SOBRE HERANÇAS POLÍTICAS	55	<b>AGRADECIMENTOS</b>



# MUNDO POLÍTICO PÓS 2013

Considerado um ponto de inflexão na história do Brasil recente, as jornadas de junho dividiram águas no mundo da política. Por um lado foram a tangibilização de um crescente interesse público na política, como esfera de disputa, de conversações, e de construção de identidade, e por outro lado o fenômeno foi visto como a emergência de uma crise de representação política.

Naquela época, o pastor e deputado federal Marco Feliciano emergia como personagem que ocupava de forma inédita a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo em que defendia ideias intolerantes em relação à comunidade LGBT+ e às mulheres. Marco Feliciano provocou preocupação e interesse sobre os tipos de projetos de leis que estavam sendo propostos e tramitados no poder legislativo.

Tal momento de efervescência política também deu origem à Revista Geni, publicação digital inédita com foco em gênero e sexualidade, que reuniu perfis diversos e multidisciplinares em um projeto virtual colaborativo. O projeto ajudou a levar para fora do mundo universitário e acadêmico, por meio de uma linguagem livre e experimental, algumas das discussões acadêmicas de diferentes áreas.

Como coletivo, a Revista Geni indagou, de forma experimental, sobre níveis e qualidades de representatividades de gênero e sexualidades na política brasileira. Num artigo publicado em março de 2014, declaramos que um objetivo - entre outros tantos - da nossa publicação era

*“contribuir para o debate brasileiro sobre gênero e sexualidade, (...) que está incompleto se não incluir o papel que os partidos políticos exercem no nosso sistema político, especialmente após a crise de representatividade deflagrada nos protestos desde o ano passado”  
(Revista Geni, Partidos Importam, março 2014)*

Naquele momento perguntávamos que candidaturas estavam disponíveis e preparadas para disputar os espaços de tomada de decisão a favor da diversidade sexual nos espaços de poder. Havia em quem votar? Em quem? Essas perguntas

– bastante interessadas no processo eleitoral daquele ano - nortearam nossa pesquisa.

*“Quando chegam as eleições, aparecem algumas candidaturas de pessoas comprometidas com o avanço em políticas de igualdade e diversidade sexual. Mas até que ponto os próprios partidos adotam posições a respeito da nossa luta?” (Revista Geni, Partidos Importam, março 2014).*

Tentamos obter posicionamentos de partidos políticos mediante um questionário enviado por e-mail. Nosso intuito era tentar identificar como essas instituições se posicionavam a respeito de diversas pautas pró-diversidade de gênero e sexualidade. Não obtivemos respostas dos partidos. Naquele momento, na edição seguinte, pudemos concluir que:

*“Responder o formulário significa tornar públicos a posição e o estado atual (que pode incluir a ausência) de discussões importantes (e muito urgentes!) para mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros. São temas como educação pela diversidade, aborto, pílula do dia seguinte, criminalização da homofobia, uso de cotas de gênero nas eleições por transsexuais e travestis, aumento da licença paternidade, entre outros (...).*

*Responder esse tipo de questionamento é uma tarefa ainda mais difícil aos partidos que não colocam gênero e sexualidade entre suas pautas de discussão, seja pela falta de diretórios ou grupos destinados a discutir esses assuntos, ou pela falta de poder desses diretórios ou grupos em definir uma posição para o partido”.*

Durante a escrita do artigo de resultados, em conversa conosco, a cientista política Carolina de Paula apontava para falta de diretórios nacionais deliberativos e de órgãos de decisão que afetava a capacidade dos partidos em definir posições a respeito de diversidade sexual e igualdade de gênero.

Segundo ela, em 2014, *“os partidos no Brasil, de modo geral, não possuem unidade partidária para elaborar documentos propositivos, basta olhar a superficialidade dos estatutos partidários”.*

Estava claro que não seria possível obter posicionamentos partidários naquele momento. Por esse motivo, adotamos um novo enfoque metodológico para poder gerar conhecimento sobre a relação entre diversidades e partidos.

Como fonte de pesquisa utilizamos os sites dos partidos para avaliar de que forma as questões relacionadas à diversidade estavam sendo tratadas. A abordagem, inspirada por alguns estudos de comunicação política, tratou de contabilizar espaços e visibilidades de grupos ou setoriais LGBT+ dentro dos sites.

# O QUE NOS DIZIAM OS SITES DOS PARTIDOS EM 2014

Depois de revisar atentamente sites de todos os partidos brasileiros de 2014, descobrimos que 31 dos 32 deles possuíam um grupo, coletivo ou setorial de mulheres em sua estrutura.

Para questões relativas à diversidade sexual, no entanto, o panorama era diferente ao olhar desde seus sites oficiais. Dissemos que *“foi impossível localizar grupo / diretório de pessoas para discutir políticas para a diversidade sexual em 22 dos 32 dos partidos brasileiros”*.

Fora dos espaços virtuais institucionais dos partidos, no entanto, aprendemos que *“dos 32 partidos brasileiros, 11 possuem uma presença de participação e debate LGBT+ detectável por buscas no Google. São eles (em ordem de quantidade de filiados): PMDB, PT, PSDB, PDT, PTB, PSB, PPS, PCdoB, PV, PSOL e PSTU”*.

Como conclusão, observamos que a invisibilização da diversidade sexual operava como um comportamento institucional para garantir a captação de votos de um “cidadão médio”, evitando “certas polêmicas” que poderiam estar associadas à diversidade sexual e de gênero.

# ATUALIZANDO A ANÁLISE EM 2020

Seis anos depois da curta publicação na Revista Geni, Casa 1 nos convidou para fazer uma atualização do artigo publicado em março de 2014.

É um desafio sintetizar tantas transformações. Nos últimos 6 anos cresceram a intensidade e a diversidade de vozes em torno a gênero e sexualidade, se aprofundou a militância LGBT+ no país, fora e dentro dos partidos, e laços interseccionais se fortaleceram. Novos corpos passaram a ter visibilidade, tiveram suas vozes ecoadas, se articularam e alcançaram resultados.

Trataremos de sintetizar de forma breve, neste ensaio, um balanço dos novos debates em torno a partidos, candidaturas e diversidade sexual no Brasil, dentro do marco temporal de campanhas políticas para as eleições municipais no país, em 2020, num momento atravessado pela pandemia do Coronavírus.

Nossa abordagem de análise considera o discurso e os pontos de vista de diversas fontes:

- (1) websites dos partidos políticos no Brasil
- (2) entrevistas com candidatos e políticos brasileiros, de identidades diversas para entender suas experiências partidárias e sua visão de futuro
- (3) entrevistas com membros de organizações cujo objetivo é potencializar candidaturas que possuem reduzido acesso a recursos partidários
- (4) entrevistas com pesquisadores e docentes da Ciência Política brasileira sobre diferentes aspectos teóricos da política que nos permitem explicar nossos desafios e encontrar saídas coletivas.

A análise que se verá é o resultado da análise de discurso das respostas de diversos entrevistados, que em alguns casos foram entrevistados com questionários semiestruturados ou não estruturados. Articulamos seus discursos tecendo narrativa comum que tem por objetivo não somente informar, mas também inspirar mais a comunidade LGBT+ a participar da política de forma plena.

# GOZO POLÍTICO

2020. A socialização brasileira está apoiada no debate político. Inclusive onde menos se esperava, em mesas de família, conversas de bar, publicações em redes sociais, apps de mensagens, a política se converteu em uma das temáticas principais.

Se antes se dizia que política não se discute, hoje, na era das redes sociais, das fake news e da pós-verdade, a política é um dos principais temas do dia.

Por mais que se fale mais e muito sobre o mundo político, há uma diferença entre (a) comunicar - inclusive de forma apaixonada - sobre política e (b) participar do jogo político. Existe uma enorme distância entre a conversa acalorada na mesa de bar e a atuação real nos bastidores e cenários centrais das decisões políticas que afetam a vida de todos os brasileiros.

Por mais que hoje a política seja um tema de conversa tão importante para a população, não significa que a ação política seja importante para muitas pessoas. Toni Reis, da Aliança Nacional LGBTI+, em uma entrevista, nos recordou que:

*“Não há solução fora da política. Você falar: Eu odeio a política. Você vai ser governado por quem ama a política, gosta e usufrui”*

A fala de Toni Reis é um alerta importante no sentido de mencionar o desfrute como um dos motores da ação política de algumas das pessoas que governam. Isso pode ser negativo ou positivo.

Jaqueline Gomes de Jesus, Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), nos chama a atenção para o perigo do desfrute na política, como fonte de prazer e interesse pessoal. Ela nos alerta pro gozo político da extrema-direita, e pergunta: *“por que que existe esse gozo com a morte, com a morte dos outros.? (...) É perigoso pensar a política como algo a ser desfrutado”*.

A Aliança Nacional LGBTI+ é uma organização da sociedade civil, pluripartidária e sem fins lucrativos. ... Em 2016, deu início à organização do seu trabalho de promoção e defesa dos direitos humanos e cidadania, em especial da comunidade LGBT+, nos estados brasileiros através de parcerias com pessoas físicas e jurídicas. Para saber mais entre: <https://aliancagbti.org.br>

Ela defende que é produtivo pensar na crítica, por exemplo, “ao gozo do fascismo, ao gozo da extrema-direita”, porque isso nos permitirá encontrar caminhos para “o enfrentamento da realidade que a gente vive hoje”.

Olhando para o aspecto positivo da palavra gozo, temos, por um lado, o sentido do pleno exercício de direitos, algo que devemos buscar como fim, e por outro lado, o desfrute da prática política, que pode ser uma prática de escuta, diálogo, intercâmbio e coletividade, algo diametralmente oposto às formas violentas de fazer política.

---

*Ao começar a atualização desse informe, nos perguntamos: estamos podendo gozar a política no sentido do direito e no sentido do desfrute do diálogo? O que nos falta desenvolver para alcançá-lo? Esperamos dar algumas respostas nos próximos capítulos.*

---



# OLHAR PARA OS DESEJOS E PARA AS LIMITAÇÕES

Gabriela Prioli, em *Manual da Política Racional*, defende que tanto pessoas que brigaram por causa de política, quanto pessoas que se esquivaram do assunto para não discutir, poderiam estar *“deixando a decisão sobre coisas que importam para suas vidas na mão de pessoas que não necessariamente refletem aquilo que desejam para si mesmas”* (Prioli, *Manual da Política Racional*, 2020, ver [link](#))

Por isso, nos perguntamos: De que forma conectamos a política com nossos desejos? Como podemos transformar nossos desejos e projetos de vida em combustível para a prática política? Que modelo de sociedade queremos?

Para responder esses questionamentos é necessário olhar para o que nos move individualmente, mas também para as estruturas que nos limitam, sejam leis, instituições ou mecanismos. A seguir, abordaremos barreiras que afetam nossa militância, para as quais precisamos de entendimento e preparo.

# MAIORIAS MINORIZADAS

Infelizmente atravessamos um momento político que parece estar distante dos nossos sonhos e desejos. O professor de direito e Senador do Espírito Santo pela Rede, Fabiano Contarato, nos disse em uma entrevista que “a *Constituição Federal garante que todos são iguais perante a lei*”. Ele menciona sonhar com “*o dia em que ninguém será julgado pela cor da sua pele, pela sua orientação sexual ou por qualquer outra razão que seja atacada com violência e preconceito*”.

Diversidades brasileiras continuam submetidas a violências e preconceitos, por mais que a Constituição Federal tenha por objetivo garantir a igualdade entre as pessoas. As pessoas LGBT+, assim como mulheres, pessoas negras e indígenas, estão ainda mais expostas à morte, à desigualdade social, à falta de voz e de poder político.

Sabemos que a igualdade (de oportunidades, de circulação e de justiça) é um ideal inacessível hoje para vários setores da sociedade. O Estado não cumpre em oferecer princípios constitucionais, especialmente para alguns grupos que frequentemente são associados a minorias: negros, indígenas, mulheres, LGBT+. E não são chamados de minorias por acaso.

**A palavra minoria é um dos primeiros desafios simbólicos a enfrentar, porque é incorreta para designar grupos específicos que são majorias do ponto de vista demográfico.**

Ao dizer que mulheres, negros, LGBT+, indígenas são minorias, estamos reproduzindo um sistema de classificação e hierarquia que entra em contradição com as existências reais dessas populações. Nesse sentido, Eliseu Neto, do PPS Diversidade, coloca em dúvida a ideia de minoria aplicada à coletividade LGBT+ e suas pautas específicas.

*“Nossas pautas não são de minoria, até porque se o país fosse uma pessoa, seria uma mulher negra. Mulher não é minoria. Há entre 20 e 40 milhões de LGBT+ no Brasil. É muita gente. Nós somos o maior movimento social de rua do mundo”*

Evorah Cardoso, do #VoteLGBT, contou para nós que dentro da organização o conceito de minoria foi abandonado e transformado: a palavra minoria foi transformada em verbo: minorizar. Nesse sentido, o #VoteLGBT defende e comunica que existe um processo de **minorização** de grupos específicos, que em muitos casos são maiorias sociais:

*“Se a gente somar mulheres, pessoas negras, LGBT+, indígenas, a gente é mais de 80% da população. Então não dá para falar em minorias. A gente é minorizado (...) excluído propositalmente dos espaços de poder. Tem uma série de questões de regras institucionais ou simbólicas que provocam essa exclusão”*

O processo de minorização pode ser observado em vários aspectos. Pode estar associado à invisibilização, à marginalização e a uma ideia implícita de minimização, o que é grave, já que inabilita a discussão sobre representatividade e deslegitima o real peso dessas vozes.

A invisibilização é um dos primeiros estágios da violência, porque a negação ou a omissão de existências dá condições ideais para o surgimento de crimes de ódio, que frente ao diferente, o pune e o elimina.

Autodenominar-se como minoria é problemático. Pode nos fazer acreditar que somos uma minoria, o que implica aceitar menor status, menos poder, menos legitimidade para decidir, e finalmente, menores direitos de gozar a política, o que é uma contradição entre o que dizemos e o que queremos.

#VoteLGBT é um coletivo que desde 2014 busca aumentar a representatividade de LGBT+ em todos os espaços, principalmente na política.

O coletivo entende que a diversidade é um valor fundamental para a democracia, por isso, também enxerga a representatividade de forma interseccional às pautas de gênero e racial. Para saber mais: <https://www.votelgbt.org/>

# A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE NA POLÍTICA

Pensar a diversidade como minorias, além de ser uma falácia e um erro de interpretação estatístico, é perder de vista a potência simbólica e cultural que carregam as diversidades.

Diversidades oferecem força e resiliência às instituições.

Para Toni Reis, da Aliança Nacional LGBTI+, "*oferecer a diversidade a qualquer empresa, qualquer escola, qualquer partido, qualquer organismo... (ajudará a instituição a) sobreviver em todas as ações*".

Se a diversidade dá benefícios e competências adicionais a organizações de diversos tipos, por que as instituições políticas brasileiras ainda demoram em absorver de forma ótima as diversidades de gênero, cultura, raça e sexualidade do país?

# DIVERSIDADE QUE LUTA POR PAUTAS CIVILIZATÓRIAS

O #MeRepresenta fez uma pesquisa a partir da base de dados de quase 1.000 candidaturas inscritas na plataforma nas eleições passadas. Descobriram uma relação entre identidades e defesa de pautas específicas. Evorah Cardoso nos contou que:

O #MeRepresenta é uma ONG formada por entidades de mulheres, pessoas negras e LGBT+ que buscam promover igualdade de gênero, luta antirracista e respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero na política. Resultado da união entre Blogueiras Negras, Fundação Cidadania Inteligente, Mulheres Negras Decidem, Rede Feminista de Juristas (DeFEMde) e #VoteLGBT. Ver mais no site <http://merepresenta.org.br/>

*“Entre candidaturas de todos os partidos, (...) perguntamos por primeira vez o perfil identitário delas, de forma autodeclarada: se elas eram mulheres, negros, LGBT+. Isso possibilitou que a gente cruzasse a identidade de corpos com as pautas. O que a gente descobriu foi muito legal. Havia um buraco no campo da ciência política (sobre esse ponto). Não existiam coisas escritas a respeito, se a representação de corpos leva também a representação de pautas ou não. Havia um debate teórico sem dados empíricos. Trouxemos dados que reforçam essa questão. (...) Das 22 perguntas de direitos humanos que a gente fez, as mulheres eram mais favoráveis em relação aos homens a 16 dessas perguntas. As mulheres defendem mais as pautas ligadas a gênero do que os homens. As pessoas negras defendem mais as pautas ligadas à raça do que as pessoas não negras”*

Entramos no terreno das discussões polarizadas em torno à ideia de pautas identitárias.

Afinal, elas são positivas ou negativas para a democracia?

Há quem defenda que as “pautas identitárias” são colchas de retalhos compostas por posições individuais hiperfragmentadas, que impedem a construção de maiorias e consensos. Dentro dessa linha de pensamento, seriam responsáveis pela derrota política de partidos que apostaram nas diversidades. Essa posição

frequentemente atribui aos “defensores de pautas identitárias” a “policialização” do discurso alheio e uma “ditadura do lugar de fala”, assim como os fenômenos digitais da lacração e cancelamento.

De acordo com a cientista política Hannah Maruci, pautas identitárias são vistas como algo negativo ao ser consideradas ferramentas de divisão social, inclusive dentro da ciência política brasileira – e, agregamos aqui, dentro do campo político e da sociedade em geral. No entanto, Maruci explica de uma forma bastante clara como se confundem efeitos com causas, o que vem antes e o que vem depois.

Ela explica essa confusão a partir do exemplo da relação entre desigualdade racial e cotas. Segundo ela, “*mesmo na questão racial ainda se ouve muito falar: ‘Ah, as pessoas são contra as cotas porque isso dividiria a mais’. Mas não. Essa divisão já existe. Ela é histórica. A gente precisa aceitar que ela existe para poder repará-la.*”

Alinhado em relação à necessidade de reparação social - e sem usar esse termo -, Eliseu Neto, do PPS Diversidade, tem um posicionamento que rejeita a ideia negativa de “pauta identitária”, e nos convida a pensar além dela. Segundo ele,

---

*“Pauta identitária dá uma ideia de que a pauta é egoísta. É a pauta sobre os LGBT+. É a pauta dos negros. Eu chamo de pauta civilizatória. Essas pautas são de todos.”*

---

Considerando essa forma de entender as pautas, não como questões que se limitam a identidades, mas como pautas que constroem um marco civilizatório, pautas LGBT+ vão além da existência das LGBT+.

O que essas pautas fazem e muito bem é propor um contrato social de reconhecimento, direito e justiça específica a pessoas com trajetórias e corpos específicos para que elas consigam obter um contrato social de reconhecimento, direito e justiça.

# CORPOS QUE DEFENDEM PAUTAS

Existe uma diferença entre ser aliado, simpático a uma causa ou levar uma causa no corpo.

Quem são as pessoas que têm mais interesse e energia em defender certas pautas?

Evorah Cardoso, do #VoteLGBT, menciona que alguns partidos podem abrir mão (bastante rápido) de certas pautas. Em momentos-chave de negociação, se uma pauta não é levada nos corpos das pessoas que tomam as decisões, ela pode perder força e ser abandonada:

*“Na hora que vai ter uma votação, (...) outras articulações... outras coisas estão em jogo. (Os partidos) abrem mão muito mais fácil dessas pautas e da conquista desses direitos (em comparação com) um político LGBT+ ali, brigando, disputando aquele espaço”*

Os melhores agentes de defesa de pautas de diversidade, em momentos críticos de negociação, são os corpos das próprias diversidades. O cientista político e docente da UFPE, Gustavo Gomes da Costa Santos, comentou que:

*“Em muitas votações no Legislativo de projetos pró-diversidade sexual, parlamentares recusaram em apoiar a causa LGBT+ por não identificarem nesse segmento um potencial de apoio político-eleitoral, ao contrário de grupos religiosos, que estão bem estruturados financeira e organizacionalmente, e representam uma fonte de apoio eleitoral imprescindível para a vitória destes parlamentares”*

Candidaturas diversas dão mais força e poder de negociação a pautas específicas, com níveis de conhecimento, entendimento e argumentação superiores ao de pessoas que “atendem ao cidadão médio”.

Fica claro, no entanto, que muitos partidos não terminaram de entender essas potencialidades porque consideram que candidaturas diversas oferecem apenas o que Evorah Cardoso define como o “acesso a um eleitorado que esse partido não

*teria de outra forma. (...). Pensam unicamente em obter mais votos sem propor uma real integração das diversidades aos partidos”.*

Cardoso também menciona que os benefícios das candidaturas diversas aos partidos são bastante claros. Mas não ficam claros que benefícios os partidos oferecem para as pessoas diversas que se candidatam.



# CRESCIMENTO DAS CANDIDATURAS LGBT+

A cada ano, mais LGBT+ entram para a política.

No ano de 2016, no artigo [Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo](#), o cientista político Gustavo Gomes da Costa demonstrou ter uma visão otimista sobre o poder transformador das candidaturas LGBT+ no Brasil:

*“embora sejam muitos os desafios colocados para a construção de uma representação política mais plural, não se pode deixar de lado o caráter transformador do fenômeno das candidaturas LGBT+ no Brasil. Em uma sociedade machista e patriarcal com longo histórico de opressão a grupos subalternos como a brasileira, é digno de nota o fato de que a cada eleição mais candidatos vêm a público assumir sua orientação sexual/identidade de gênero para pedir votos”.*

Em relação aos anos anteriores é notório o constante [crescimento das candidaturas LGBT+ no Brasil](#). Segundo um levantamento recente da Aliança LGBTI+, pelo menos 435 nomes LGBT+ vão tentar disputar o pleito em novembro de 2020.

Toni Reis diz notar que *“nessas eleições todos os partidos têm candidaturas LGBT+”*. Para ele, foi demonstrado *“através da nossa visibilidade que nós somos muitos e estamos em todos os lugares. Os partidos também têm interesse nos votos da comunidade LGBT+, o que eu vejo com bons olhos”*

O incentivo à participação é necessário para que a militância LGBT+ cresça em partidos de diferentes posicionamentos ideológicos. O Senador Fabiano Contarato (Rede) defende que *“Políticas afirmativas e de incentivo à participação de grupos minoritários são o passo inicial para que esse cenário se expanda em partidos de todos os espectros ideológicos”*.

No entanto, visibilidade e presença não significam poder de ação e decisão.

Reis diz que *“inclusão é diferente de simplesmente ter uma pessoa LGBT+ lá dentro (do partido). Essa pessoa tem que ter voz ativa e tem que ter poder e poder de decisão e poder fazer.”* Nesse sentido, Evorah Cardoso menciona outro aspecto importante: o poder de movimento. Para ela, é fundamental que candidaturas LGBT+ possam transitar diferentes espaços partidários e conseguir se articular dentro desses espaços.

## Brasil tem recorde de pré-candidatos LGBT às eleições 2020

Homens gays representam metade dos nomes que vão disputar o pleito eleitoral para cargo de vereador e prefeito, segundo dados da Aliança Nacional LGBT+.

Por **Clara Cerioni**

Publicado em: 25/07/2020 às 08h00

Alterado em: 25/07/2020 às 12h12

Tempo de leitura: 4 min



LGBT: recorde de candidaturas desafia histórico de baixa representatividade para a comunidade no poder legislativo do país (Paulo Pinto/Fotos Públicas)

# 2020: MOVIMENTO LGBT+ DENTRO DO ARMÁRIO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Na teoria, o partido político é uma instituição que media os interesses entre a população e o Estado.

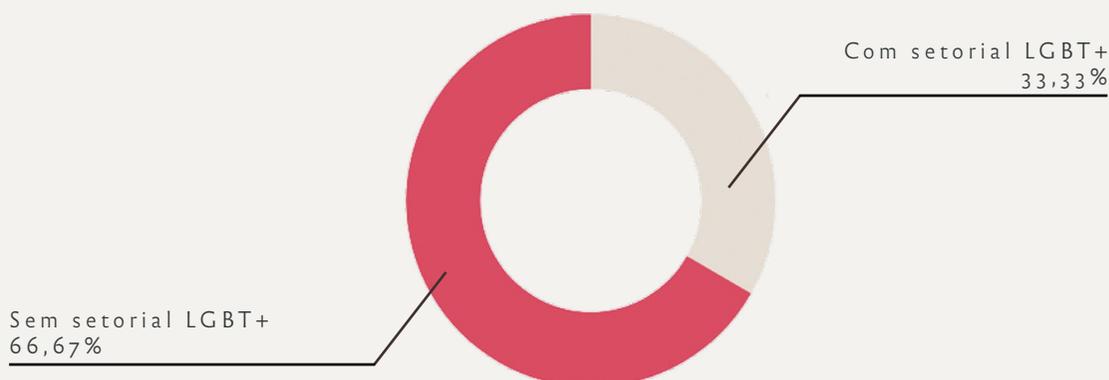
Por isso, vale perguntar: de que forma os partidos brasileiros estão efetivamente mediando população e Estado? Uma coisa é dar visibilidade, outra é oferecer recursos, e outra é dar espaços para tomar decisões e democratizar o processo político.

Para começar a entender como os partidos dialogam ou não com coletividades na atualidade, fizemos um novo levantamento em sites dos 33 partidos políticos brasileiros no mês de agosto de 2020. Neles buscamos observar a visibilidade de coletivos ou setoriais de mulheres, negros e LGBT+.

Descobrimos que de 33 partidos brasileiros, somente 1/3 deles contam com uma setorial LGBT+ no partido. Os partidos com setoriais LGBT+ identificadas são: Cidadania, MDB, PDT, PMN, PODE, PSB, PSDB, PSOL, PSTU, PT, SDD.

Uma visita rápida aos sites desses partidos permitirá identificar de forma muito clara quais deles possuem estruturas efetivamente dedicadas à participação de militantes LGBT+.

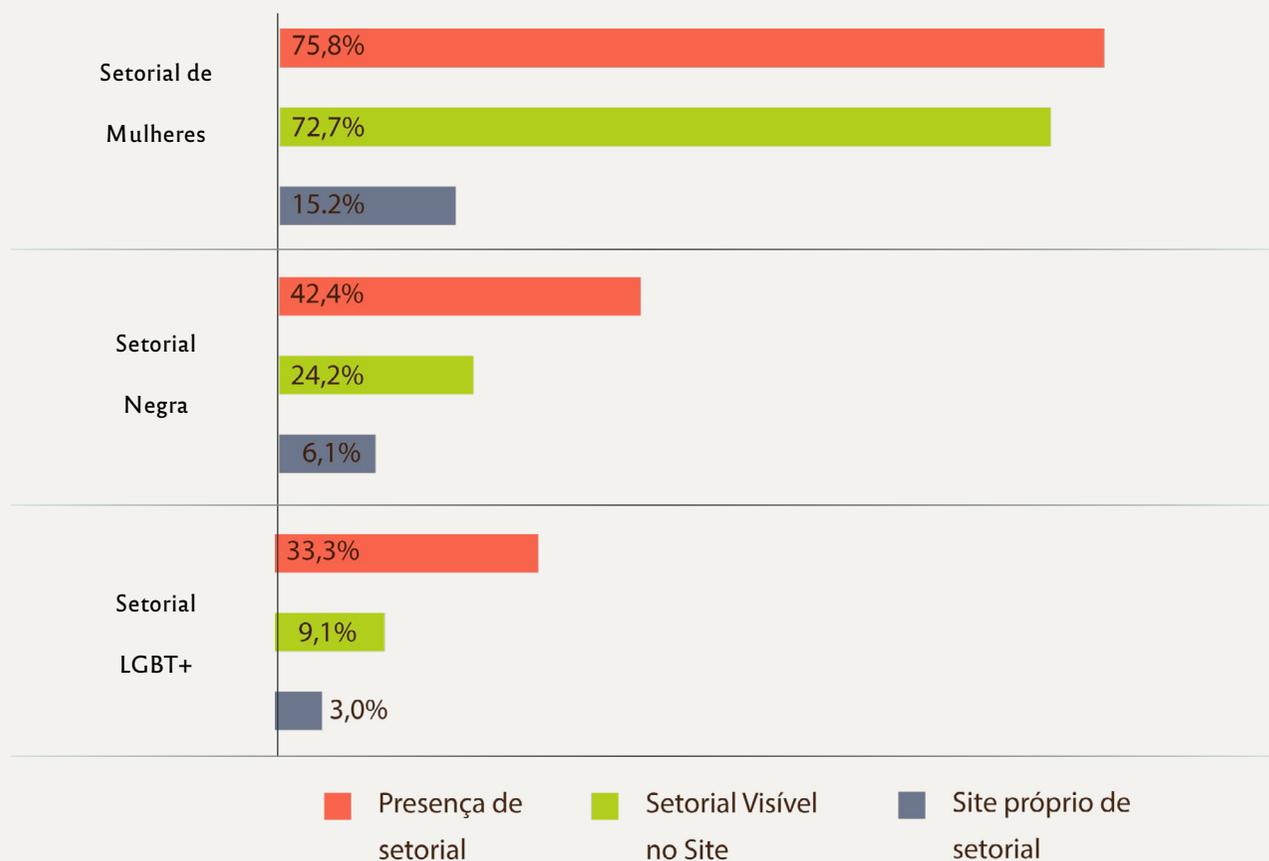
PRESENÇA DE SETORIAIS LGBT+ NOS  
33 PARTIDOS BRASILEIROS



Os partidos que carecem de setoriais LGBT+ segundo nosso levantamento em agosto de 2020 são os seguintes: Avante, DC, DEM, NOVO, Patriota, PCB, PCO, PL, PMB, PP, PROS, PRTB, PSC, PSL, PTB, PTC, PV, REDE, Republicanos, UP. O PCdoB não menciona ter uma setorial LGBT+, mas a UJS (União da Juventude Socialista, fundada pelo PCdoB) possui uma página LGBT+ no Facebook.

Quando analisamos, além da existência, a visibilidade dessas setoriais em comparação com setoriais negras e de mulheres, observamos que a existência de setoriais LGBT+ são menos frequentes e menos visíveis. Se 11 partidos brasileiros têm setoriais LGBT+, somente 3 deles dão visibilidade às setoriais LGBT+ em seus sites oficiais. São eles: PSOL, PSTU e PT.

NÍVEIS DE VISIBILIDADE DE SETORIAIS



Apesar dos ainda baixos níveis de visibilidade da problemática LGBT+ dentro da política ao olhar para diferentes tipos de diversidade, para o cientista político Gustavo Gomes da Costa (UFPE), estamos vivendo uma etapa de maior visibilização, que é garantida em grande medida pelo próprio esforço dos candidatos, já que não há grandes contribuições dos partidos nesse sentido.

*Costa faz um alerta, já que “uma das formas pelas quais a homofobia e a transfobia se expressam é nos processos de invisibilização. O que a gente chama no linguajar de armário. Essa visibilidade, o sair do armário, tem um papel fundamental. Para demandar direitos, eu preciso primeiro existir enquanto sujeito. Então por isso que a visibilidade é muito importante”*

Os partidos poderiam funcionar como agentes visibilizadores de diversidades e distribuidores de recursos para as diversidades, mas isso não ocorre no caso brasileiro. Se ocorre, é em menor escala.

Hoje os partidos dão mais recursos, visibilidade e espaços para homens cis, brancos e heterossexuais.

Como instituição, muitos partidos políticos ainda estão falhando em criar instâncias de representatividade para diferentes populações ou grupos específicos.

# RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO

Segundo o cientista político Rodrigo Mayer os partidos políticos “*precisam fazer seu trabalho de base para poder espelhar a sociedade*”, mas não há interesse ou mesmo trabalho de base por parte dos partidos para melhorar sua representatividade. Segundo ele, “*falta estratégia de recrutamento, campanhas direcionadas para atrair mais indígenas, LGBT+, negros e mulheres para os partidos*”.

Segundo Mayer, os partidos adotam uma posição passiva em relação à participação das pessoas, esperando que os “*grupos acabem indo até eles ou, aguardam o aparecimento de alguma liderança e correm atrás dela para tentar o recrutamento*”.

Importante sublinhar, segundo ele, que a sociedade brasileira tem baixa tradição de partidos. Estamos “*acostumados a votar, mas não a participar de partidos*”.

A falta de participação da população dentro dos partidos poderia ser causada pela falta de enraizamento social das próprias instituições partidárias. Como causa e consequência, a sociedade utiliza outras formas – alheias aos partidos – para fazer política:

*“Como a grande maioria dos partidos não está presente na sociedade, (a sociedade) atua politicamente por meio de outras formas (contato direto com os representantes, instituições, movimentos sociais, petições online, etc.) e não por meio dos partidos.”*

Uma pesquisa de 2019 do Datafolha concluiu que a maioria dos brasileiros não confia nos partidos políticos. 58% da população dizia não confiar nos partidos, enquanto 36% mencionou confiar um pouco. Somente 1% da população declarou confiar muito na instituição.

Por outro lado, uma pesquisa publicada pelo Valor Econômico descobriu que a população brasileira poderia estar mais tendente a acreditar nas Forças Armadas e nos grupos de WhatsApp familiares que nos partidos políticos. Segundo os dados

levantados pelo jornal, 71% dos participantes declararam não confiar em partidos políticos em janeiro de 2020.

Apesar do baixo enraizamento social e do déficit de confiança nos partidos, eles são instituições essenciais nos processos democráticos. Como os partidos podem estar conspirando contra a confiança que a população poderia - e deveria - sentir por eles?



# ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS PATRIARCAIS E TRANSFÓBICAS

Para Fabiano Contarato, *“Os partidos são a porta de entrada para a representação popular no Brasil. A participação de grupos diversos nesse ambiente resulta na possibilidade de construção de políticas inclusivas com intervenção direta daqueles que são afetados diariamente pela discriminação”*.

Por mais que os partidos sejam portas de entrada para a representação popular, sabemos que o ambiente político em geral oferece dificuldades e barreiras para a participação política das diversidades.

Para professora de psicologia do IFRJ Jaqueline Gomes de Jesus, a política partidária *“é monopolizada na perspectiva cis. Não se diz cis, mas é monopolizada da forma cisnormativa”*, e por isso ela precisa mudar, para *“sair dessa lógica não nomeada da cisnormatividade”*. As mesmas dificuldades encontradas por pessoas em outros espaços podem ser vividas dentro dos partidos por pessoas trans.

Para Jaqueline Gomes de Jesus, *“ainda falta uma ocupação de espaços de poder dentro dos partidos políticos”* por parte de pessoas LGBT+. Ela lança perguntas que devemos fazer sempre:

---

*Quem está dirigindo os partidos?*

*Quem está nos cargos de eleição?*

*Quem são os candidatos apoiados?*

---

Se existe uma aprendizagem a fazer, é a aprendizagem de que os partidos e suas lideranças precisam passar a ser mais diversos para que os partidos sejam mais representativos.

Nesse sentido, o jornalista e organizador do Centro de Acolhida e Cultura Casa 1, Iran Giusti, menciona que é preciso avaliar se os partidos podem oferecer transformações sociais reais quando os cargos hierárquicos são ocupados por perfis tradicionais.

*“Não se trata aqui de um debate de ideologias políticas mas de manutenção de privilégios, vemos partidos progressistas e ditos de esquerda que seguem pensando em políticas a partir e para corpos cisgêneros, brancos e heterossexuais, vide suas lideranças”.*

Os questionamentos feitos por Gomes de Jesus e Giusti são provocadores para avaliar a inserção política de outras diversidades e interseccionalidades nas lideranças.

Nesse sentido, o cientista político Gustavo Gomes da Costa sublinha a importância de olhar para aspectos raciais e de gênero.

*“As mulheres e a população afrodescendente têm dificuldade de colocar suas pautas porque o Congresso brasileiro ainda é majoritariamente branco, masculino, cristão, de pessoas casadas. A política institucional ela ainda é extremamente patriarcal”.*

A cientista política Hannah Maruci também observa uma estrutura patriarcal na política, que anda de mãos dadas com a heterocisnormatividade e o racismo institucional. Do ponto de vista das mulheres, se observa como a política se faz em momentos que são incompatíveis com a maternidade:

*“A política institucional é um reflexo das desigualdades e da estrutura patriarcal da sociedade. É essa coisa de: ‘Por que que a mulher não está na hora da decisão (partidária)? Porque ela tem que voltar para casa para cuidar do filho’. Ela não pode ficar até sei-lá-que horas”.*

Para Maruci, mulheres casadas e com filhos estão em desvantagem política em relação aos homens casados. Sua ação política é dificultada.

*“O homem casado tem a garantia de que a mulher está em casa cuidando do filho. A divisão sexual do trabalho também pauta essas instituições. Se a gente for olhar para os líderes, os dirigentes partidários, a maioria é homem. Quem está tomando a decisão formal também são homens, na maioria.”*

Como se não bastassem desigualdades prévias para participar nas decisões partidárias, as próprias decisões muitas vezes são tomadas em instâncias informais, fora dos espaços de discussão do partido. É um mecanismo de isolar ainda mais certos perfis sociais e candidaturas. Maruci nos contou que muitas candidatas dizem estar presentes nas reuniões formais de partidos, mas que

*“as coisas são decididas depois, no bar, sem que elas sejam convidadas. (...) Toda essa questão do acesso à tomada de decisão que não se dá por regras formais”.*

Partidos que decidem em instâncias informais de socialização geralmente estão relacionados a modelos políticos verticais, masculinos, patriarcais, heterocisnormativos, brancos, que são justamente o perfil dos políticos que herdaram melhores condições de fazer política - e o perfil que foi o estopim da crise de representatividade e de confiança nos partidos.



# É PRECISO FALAR SOBRE HERANÇAS POLÍTICAS

Candidatos que herdam conhecimentos, recursos e capital social têm mais chances de serem eleitos. Esse sistema que dá privilégios a homens bem posicionados também se aplica aos políticos LGBT+ no Brasil. O cientista político Gustavo Gomes da Costa Santos considera que até 2016 o perfil dos candidatos LGBT+ não oferecia um novo perfil de político, e se aproximava do perfil do político profissional e tradicional:

*“Estes são, em sua maioria, do sexo masculino, possuem nível educacional médio a alto, estão em idade produtiva (embora sejam relativamente mais jovens, quando comparados com os candidatos “simpatizantes”) e afirmaram desempenhar profissões que dispõem de tempo livre para a vida política. Isso demonstra que, mesmo entre os indivíduos de grupos subalternos da sociedade, somente aqueles que possuem recursos valorizados no campo político (a exemplo da educação formal e do tempo livre) almejam a carreira política”.*

Sabemos, no entanto, que essas candidaturas de perfil “profissional” e tradicional não dão respostas às necessidades das comunidades LGBT+, de pessoas negras, mulheres e indígenas.

# BAIXA PERFORMANCE DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Ao não se interessar em democratizar sua militância e deixar de escutar e incorporar pontos de vista diversos, partidos políticos estão perdendo a oportunidade de melhorar sua performance de representação, eleição e de proposição de políticas públicas.

Isso ocorre não por falta de interesse das candidaturas diversas, mas por problemas próprios das instituições partidárias. É preciso mudar o olhar. Segundo Jaqueline Gomes de Jesus:

*“A gente tem que voltar a olhar não para as pessoas LGBT+, mas para o próprio partido. O partido é que deve ativar seus recursos para apoiar pessoas LGBT+, senão a gente fica numa lógica autocentrada, achando que não é necessário esse empoderamento sistêmico ou institucional para que haja um avanço. É como se dependesse unicamente de pessoas LGBT+. Mas não. Já temos esse protagonismo enquanto pessoas LGBT+. O que falta são os partidos acionarem os mecanismos deles para derrubar barreiras. É uma conscientização dos partidos. A conscientização das pessoas LGBT+ está em curso, mas depende de uma conscientização dos partidos, cujas direções ainda são extremamente brancas, machistas e cisnormativas”.*

O descompasso entre as novas necessidades da representação política e experiências democráticas gestadas via internet colocam os partidos em problemas, porque muitos ainda fazem política de forma pré-digital.

# TOKENIZAÇÃO E ISOLAMENTO LGBT+

Além de enfrentar barreiras, complicações e falta de recursos, candidaturas LGBT+ podem estar sob risco de cooptação política, ou, em outras palavras, serem usadas nas eleições. Por isso é importante observar se existe coerência entre discursos, atitudes e cessão de recursos por parte dos partidos.

Jaqueline Gomes de Jesus defende que é fundamental avaliar cenários, porque *“não basta apenas a participação se os partidos não apoiam ... Se para eles é suficiente dizerem que têm candidatos trans”*.

Ela menciona o termo “chaveirinho trans, e isso pode acontecer com diferentes diversidades.

Há outro termo para esse fenômeno: tokenização. A tokenização ocorre quando as candidaturas são permitidas ou incentivadas nos partidos políticos unicamente para atrair votos. Segundo Evorah Cardoso,

*“As candidaturas LGBT+, especialmente nos partidos de direita, podem tokenizar os corpos dessas pessoas pra dizer ‘A gente tem um candidato LGBT+’, mas sem fazer nenhum compromisso com a pauta... Essas candidaturas ficam muito isoladas dentro dos partidos.”*

Um breve parágrafo da Wikipédia nos ajuda a entender como o fenômeno pode acontecer, na prática, dentro dos partidos políticos.

*Alegações (...) podem ocorrer quando um partido político apresenta candidatos de grupos sub-representados, como mulheres ou minorias raciais, em corridas que o partido tem pouca ou nenhuma chance de ganhar, ao fazer pouco ou nenhum esforço para garantir que tais candidatos têm oportunidade semelhante de ganhar a indicação em corridas onde o partido é favorecido. O resultado final de tal abordagem é (...) mantém a aparência de diversidade, mas os membros do grupo majoritário permanecem super-representados na bancada partidária*

*após a eleição - e assim pouco ou nenhum progresso substancial em direção à maior inclusão de grupos sub-representados realmente ocorre. (Tokenismo, Wikipedia, 2020)*

4 November 2019

## The European 'pink vote' exists and it's going to the left

New research analyses the electoral behaviour of lesbian and gay voters across Western Europe.



A tokenização é uma representação simbólica da diversidade sem uma articulação real da mesma, o que impede que tenha seus efeitos pragmáticos e políticos.

Esse fenômeno está associado ao que Toni Reis recorda como o Pink Vote, entendido como o poder de voto das populações LGBT+ em termos de escala e massividade. Pink Vote é uma expressão utilizada nos Estados Unidos e na Europa, com a finalidade de segmentar os votos de eleitores em função de sua sexualidade.

Esses votos se encontram em disputa pelos partidos, numa lógica parecida à de consumidores em disputa por várias marcas num supermercado. Quando o voto ou a compra acontece, o interesse na comunidade desaparece.

Se um partido enfoca somente a captação de votos de uma candidatura, ele não está, de fato, apostando nela.

É o que a presidenta da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Symmy Larrat narra a seguir:

*“Os partidos como um todo perceberam (...) que quantidade de votos de um partido determina o tamanho da participação do partido no Legislativo. Então a estratégia é lançar candidaturas de todos os segmentos, de todas as áreas. A população LGBT+ se tornou atrativa nesse processo. Há um assédio, há uma busca, há uma procura por nós. Agora, quando esta procura é só eleitoral? Quando ela realmente programática? Aí que tá a diferença. Vários desses partidos que buscam*

*“não são os mesmos que defendem a pauta, que fazem propositura legislativa, e que votam a favor de propostas que podem nos ajudar nas diversas áreas, inclusive não só nas específicas mas nas áreas correlatas, como na educação, saúde, assistência social e outras. Então há um movimento oportunista que nem sempre se expressa na vida cotidiana”*

Quando existem setoriais, diretórios ou coletivos específicos dentro dos partidos, segundo Cardoso, é mais difícil que se “sequestre uma pauta de representatividade de corpos para minar o debate do avanço de direitos”. Isso ocorreria porque essas organizações intrapartidárias estão em vigília pela discussão, defesa e implementação de pautas - que refletem experiências e memórias que levam em seus corpos.

Como podemos identificar ambientes partidários que não tokenizam candidaturas diversas?

Podemos avaliar os seguintes sinais mediante perguntas, como:

1. Há espaços na estrutura do partido para setoriais de diversidade?
2. Há visibilidade dessas setoriais? Elas recebem recursos? Elas existem pra fora do partido?
3. Pessoas diversas participam dos processos de tomada de decisão?
4. Pessoas diversas ocupam lugares de liderança?

Há, no entanto, uma quinta situação-chave a mais que permite identificar de que modo os partidos realmente cedem espaços de decisão em diferentes áreas do conhecimento.

5. Pessoas LGBT+ são chamadas a falar sobre outras pautas?

A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) é uma organização brasileira fundada em 31 de janeiro de 1995 com o objetivo e a missão de “promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de LGBT+, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de suas orientações sexuais e identidades de gênero”. Para saber mais: <https://www.abglt.org/>



# PODEMOS E DEVEMOS FALAR SOBRE OUTRAS PAUTAS

O fato de que certas pautas são mais defendidas por pessoas LGBT+ não quer dizer que as pessoas LGBT+ devam participar da política unicamente por e para essas pautas.

O ex-Deputado Federal Jean Wyllys participou de comissões de diversos tipos e propôs projetos de lei em pelo menos 12 áreas de atuação, inclusive agropecuária, economia, meio ambiente e trabalho.

Marielle Franco, mulher, negra, lésbica e mãe, como socióloga e mestre em Administração Pública, deixou um enorme legado na militância por Direitos Humanos em termos de políticas públicas para a segurança pública, a saúde, e a criação de oportunidades e soluções para mulheres das favelas do Rio de Janeiro.

Pessoas LGBT+ como Jean Wyllys e Marielle Franco deram contribuições fundamentais em várias áreas de decisão. É importante não cair no lugar comum de apenas falar sobre questões de gênero e sexualidade, quando na verdade as pessoas LGBT+ têm experiências de vida mais amplas para enxergar e discutir várias questões.

Iran Giusti sublinha a importância de que militantes LGBT+ possam interseccionalizar com outras temáticas da vida pública.

*“Quando começamos a falar sobre a representatividade LGBT+ na política tradicional entendemos de imediato que se tratava de falar sobre problemas específicos da comunidade como a LGBTfobia, no entanto, conforme dados foram sendo produzidos, em sua maioria pela sociedade civil, evidenciou-se inclusive que a própria violência contra LGBT+ tem gênero, raça e classe, portanto é impossível se pensar as pautas sem pensar os recortes”.*

Giusti chama a atenção para o potencial das candidaturas diversas no exercício de pensar em políticas públicas que afetam a todas as pessoas e chama a atenção para o potencial de considerar pontos de vista diversos em áreas macro da política.

*“Costumo dizer que a pauta LGBT+ é uma das mais complexas, porque envolve todos os corpos e corpos, assim como todas as raças, etnias, religiões e por aí vai, no entanto, toda essa pluralidade não se reflete na produção de saberes e consequentemente das políticas públicas que se baseiam muito em um espaço acadêmico restrito e de grande influência europeia e estadunidense. Corpos plurais produzem saberes plurais a partir de vivências plurais e isso em todas as áreas, não só nos estudos de gênero. Precisamos que os espaços sejam ocupados por todos, todas e todes, em todas as áreas”.*

Ele chama a atenção para a importância de que pessoas LGBT+ questionem os partidos e transcendam o lugar delimitado de fala e decisão. É possível propor atividades com potencial transformador:

*“Pessoas LGBT+ precisam começar a questionar os partidos, de forma individual ou coletiva, interna ou publicamente, não importa, mas é preciso questionar e a partir desse questionamento partir para os debates sobre habitação, soberania alimentar, segurança pública e todos os pontos macros da nossa sociedade. É ter corpos que são afetados discutindo como mudar as estruturas”.*

Giusti reforça a importância de aproveitar os recursos de comunicação e discussão dos partidos para interseccionalizar com temáticas LGBT+.

*“Fique atento à agenda de eventos dos partidos para além das escassas atividades de temática LGBT+, participe dos debates sobre saúde, educação, economia. Também use as redes sociais, questione as postagens, questione as matérias dos sites dos partidos e também das mídias tradicionais e alternativas de informação. Pense em como questionar as visões hegemônicas da cisgeneridade e branquitude.”*

Mas se não há espaço dentro dos partidos para essa circulação de saberes, pontos de vista e deliberações, ele recomenda repensar a permanência dentro do próprio partido:

*“Penso muito se vale a pena seguir em um partido onde não exista essa possibilidade de fala e escuta transversal, então recomendo que primeiro lute, exponha, isso é fundamental para que os partidos não sigam sequestrando e esvaziando pautas identitárias. Se não rolou (o questionamento), vá para outro partido. Não deu de novo, se questione então se não é a hora de pensar um novo partido então”.*

Identificar, transformar ou criar estruturas partidárias coerentes com a participação ativa das diversidades é um processo que pode e está sendo liderado por perfis diversos.

Hoje, ao pensar partidos num contexto pós-digital, podemos considerar novas formas de viver a política, rejeitando mecanismos de segregação dos partidos tradicionais, colocando a interseccionalidade no centro mediante escuta, diálogo e propostas.



# ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS PÓS-DIGITAIS SÃO POSSÍVEIS

Numa entrevista conosco, o cientista político Leonardo Rocha cita a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, o Junho de 2013 e Los Indignados na Espanha como movimentos muito importantes nos últimos anos, já que *"influenciaram em alguma medida as nossas políticas locais e até globais"*. Segundo Rocha, *"eles tiveram como elemento comum a mobilização por intermédio dos meios digitais. A capacidade de mobilização e de interação que a internet traz gerou esse tipo de organização, que causou eventos políticos importantes"*.

Se por um lado a internet oferece a possibilidade de que pessoas que pensam parecido (1) se identifiquem, (2) se conheçam, (3) se articulem, (4) tomem decisões juntas e (5) atuem de forma coordenada, por outro lado, muitos partidos tradicionais não chegam a oferecer uma possibilidade concreta de que as pessoas se identifiquem ou não com a proposta do partido - e muito menos possam encontrar pontos comuns entre elas.

Segundo Leonardo Rocha, *"a internet descentraliza o processo comunicativo, (altamente centralizado até então com as outras mídias), principalmente com a emergência da web 2.0 e das redes sociais, fazendo com que todo indivíduo possa ser um produtor e um difusor de informação."*

Se o poder comunicativo das instituições tradicionais perde relevância, cresce o poder comunicativo por parte dos indivíduos. Segundo Rocha, todo indivíduo é um *"possível produtor de informação, as possibilidades de interação e mobilização se potencializaram muito"*. Essa é uma grande notícia e oportunidade para candidatos diversos que não contam com o apoio partidário, já que podem produzir e difundir conteúdos que gerem mobilização.

A digitalização aplicada à política pode ir além de questões relacionadas à comunicação e à mobilização na época de eleições.

Rocha nos conta sobre experiências inspiradoras em outros países, em que partidos adotaram mecanismos de participação e decisão mais democráticos, inspirados pela era digital. Nesse sentido, puderam inaugurar uma nova era na representação política em seus países.

# DECISÕES TOMADAS EM REDE

Leonardo Rocha afirma que o exemplo do Los Indignados, *“um movimento que surgiu depois da crise de 2008, contra o status quo político e econômico”* levou à *“formação de um partido político, um dos mais relevantes até hoje em dia na Espanha, que é o Podemos”*

O interessante dessa experiência é que o novo partido foi criado como opção às instituições que já não davam mais respostas a certas demandas políticas.

Segundo Rocha, a perspectiva do Podemos *“era contrária ao status quo político, se posicionavam contra o tipo de organização hierarquizada. Eram contra a falta de participação nos partidos políticos. Se buscou uma organização mais horizontalizada (...) que se deu essencialmente por intermédio de mecanismos digitais, mediante uma série de mecanismos de discussão, por busca por deliberação e votação por internet.*

No passado, a falta de ferramentas digitais fazia com que o processo de se identificar, participar de um coletivo com ações políticas e de seus processos de decisão fosse uma tarefa mais complexa e difícil. Em contrapartida, hoje, segundo Rocha, *“a internet facilita a interação e a organização desses grupos específicos, bem como a difusão das suas informações e até mesmo a popularização de algumas delas junto ao conjunto da população”*.

Leonardo Rocha diz que a **internet permite construir capital político** por meio do compartilhamento de ideias, e por outro lado, ajuda a pressionar as lideranças partidárias para ceder novos espaços e recursos dentro dos partidos, já que *“a difusão de perspectivas junto à população, produzindo e ampliando o campo com capital político, eleva as possibilidades dessas candidaturas”*.

**DIVERSIDAD  
SEXUAL  
Y DE GÉNERO**

**DE LA COMUNIDAD  
DE MADRID  
PODEMOS.**

# HACKEANDO O CAPITAL POLÍTICO

Para contar melhor a importância do conceito de Capital Político, entrevistamos o cientista político e doutorando pela UNB, Cleyton Feitosa. Segundo ele, o capital político é:

*“uma espécie de recurso simbólico que determinados atores possuem, (...) um reconhecimento que as pessoas dão a um determinado sujeito de que ele possui mais legitimidade para atuar no campo político do que outros. Tem relação estreita com o status e a reputação. Na política institucional, para acumular capital político são necessários outros tipos de capitais, como o capital cultural, o econômico, o midiático etc. São recursos de outra natureza que vão aumentando o capital político”*

Feitosa comentou que a população LGBT+ tem dificuldades de acumular o capital político e outros tipos de capitais, e isso ocorre

*“não só pela ausência de outros tipos de recursos, como por destoarem dos padrões hegemônicos de gênero e sexualidade. E a política institucional ainda é uma arena dominada por homens e interpretada socialmente como um campo de atuação masculina. Isso compromete o reconhecimento – e, portanto, o capital político do segmento – de que LGBT+ também são aptos e aptas para atuar nessa esfera, prejudicando a presença nas esferas decisórias e enviesando a representação política que tende a ficar menos democrática”*

A construção e o reconhecimento do capital político LGBT+ acontece de forma diferente, se o comparamos em relação ao capital político dos políticos tradicionais, porque essas candidaturas não herdam formação, recursos e laços sociais que catapultariam suas carreiras políticas para o sucesso.

O processo pode ser mais lento, dificultoso, mas por outro lado se faz com base em relações de confiança reais.

O caso de Marielle Franco é emblemático, porque ela construiu capital político a partir da vivência de mulher negra, periférica, mãe e LGBT+, articulando diferentes vozes, pautas e temáticas no âmbito político. Contrariando as estatísticas para mulheres como ela, Marielle construiu sua potência com base em sua trajetória de vida, e foi construída como política a partir dos laços de apoio e entendimento com diversos movimentos sociais, coletivos, com o mundo acadêmico, com as favelas.

Essa síntese dialética de experiências, movimentos e desejo de transformação entre comunidades e ela a prepararam para a política partidária. Já eleita, no começo do seu mandato, Marielle Franco continuou tecendo redes virtuais e off-line de apoio, escuta e debate nas favelas, com pessoas negras, trans, mães, e outras diversidades, sempre com um objetivo claro: Direitos Humanos.

Cada história é única. Não há uma fórmula comum para pessoas diversas construírem seu capital político. Ele depende de como cada pessoa articula suas vivências, seus desejos de futuro e os laços que tece com suas comunidades. Durante nossas entrevistas, identificamos pelo menos 3 eixos estratégicos para que pessoas LGBT+ construam seu capital político:

- a. Eixo individual
- b. Eixo partidário
- c. Eixo ativista

Na sequência, mostraremos barreiras e oportunidades no processo de construção de capital político em relação a cada um desses eixos.



# EIXO INDIVIDUAL: CONVERTER A EXPERIÊNCIA DE CADA CORPO EM CAPITAL POLÍTICO

Segundo Evorah Cardoso, existe a necessidade de mais corpos LGBT+ na política, “*não só por uma questão simbólica, de alternância de poder, ou de construir uma imagem de que é possível para qualquer pessoa negra, LGBT+, indígena, mulher ocupar o espaço da política, mas também porque esses corpos estão carregando junto com eles as suas pautas*”.

Ela cita a pesquisa feita por [AzMina](#), para o projeto [Elas no Congresso](#), como [um exemplo pragmático da presença de corpos diversos nos âmbitos de decisão políticos](#):

*“Elas fizeram um levantamento de todos os projetos de lei que estão sendo apresentados nesta legislatura no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado, e vendo a autoria dessas propostas de gênero e se elas são propostas que favorecem a pauta de gênero ou são prejudiciais à pauta de gênero. E cruzando isso com qual é o perfil do político, se é uma mulher ou, se é um homem, e também um partido. (...) Elas estão descobrindo que as mulheres apresentam 4,5 vezes mais propostas positivas de pauta de gênero do que os homens, e que os homens parlamentares são responsáveis por 76 por cento dos projetos negativos contra as mulheres. (...) Esses dados estão mostrando que mesmo sendo 15% do Congresso Nacional, as mulheres estão defendendo mais as pautas das mulheres do que os homens”*

Para avançar na realização de pautas específicas, é necessário ocupar espaços de tomadas de decisão e de poder. Além de ser profundamente simbólico, esse espaço de poder é físico e tangível. Nesse sentido, Eliseu Neto, do PPS Diversidade, comenta que:

*“A gente precisa de mulheres nos espaços de poder, a gente precisa de negros nos espaços de poder para a gente criar políticas públicas para*

*todos. Eu não posso ter uma ideia criada só por homem branco. Temos que ter negros discutindo”.*

Um estudo publicado pela Harvard Business Review em 2017 apontou as vantagens de contar com equipes de trabalho diversas. Segundo um estudo da instituição, se demonstrou que os grupos que são cognitivamente mais diversos resolvem problemas mais rápido e melhor. O mesmo deveria ser aplicado na política.

Corpos que não reproduzem experiência de vida do ponto de vista de homens brancos, cis e heterossexuais oferecem uma nova perspectiva às discussões, tomadas de decisão e proposições de políticas públicas.

Para construir capital político a partir da camada individual é preciso lembrar que o próprio corpo viveu experiências específicas e possui pontos de vista únicos. As singularidades de cada corpo representam uma visão valiosa sobre o que deve ser transformado para melhorar nossas democracias.

Há uma vocação política por desenvolver.

A ex-pré-candidata à Vice-Prefeitura de São Paulo pelo PSOL, Alexya Salvador, menciona o sentimento de vocação como uma força e um desejo de transformação social que permite superar as dificuldades e não desistir:

*“Você sente que tem vocação política no sentido de que a política é um ato de transformação social. Você deve entender que você vai encontrar esses desafios de invisibilidade, de não acolhimento, de silenciamento, de não promoção. Na verdade são situações que a gente já vive socialmente, independente de trazer uma legenda partidária relacionada ao seu nome. As pessoas LGBT+ já vivem isso na sociedade, então essas pessoas têm que entender que elas vão viver isso de maneira mais acentuada também dentro do processo eleitoral dentro de uma legenda partidária dentro de uma convenção de um processo de construção política. (...) Penso que a dica seria entender que você vai passar por isso, e que você deve enfrentar, porque você entende que construir política ou fazer política perpassa também pelo enfrentamento institucional a favor dos nossos direitos. Passando por isso, você vai, com certeza, ter êxito. Pode ser que não seja na primeira tentativa. Pode ser que não seja na segunda tentativa. Mas de uma hora você vai construindo o seu caminho. Uma hora vai dar certo. Então é não desistir. É ter foco, é ser obstinado, é se impor, é lutar pelo que você acredita para que você consiga criar a sua base eleitoral, furar essa bolha e chegar lá.*

É possível fazer com que memórias, discriminações, violências e dificuldades se convertam em um projeto político transformador. Mas para que a transformação real aconteça, além de buscar inserção em movimentos sociais, coletivos e grupos, é necessário contar com uma instituição que leve esses projetos para a esfera da decisão política real: partidos políticos. Somente por meio deles uma candidatura pode se transformar em eleição.

# EIXO INSTITUCIONAL: CONSTRUINDO CAPITAL POLÍTICO DENTRO DOS PARTIDOS

Muitos partidos possuem estruturas verticais. Nesse sentido, **um dos caminhos possíveis para a construção de capital político dentro dos partidos é decodificar quem são, o que querem e como decidem as elites partidárias.**

Nessa linha, Toni Reis menciona a importância de olhar para as cúpulas: *“o primeiro desafio específico da comunidade LGBT+ é ter o apoio da cúpula dos partidos da executiva. É lá que se definem as prioridades dos recursos do Fundo Partidário (...) A gente está trabalhando para que tenha uma porcentagem do fundo partidário para a comunidade LGBT+”*

Atenção: entender o que querem as cúpulas não significa submeter-se a elas. Saber como operam e como decidem ajuda a obter diagnóstico inicial é útil para criar estratégias para maior participação das diversidades.

Nos partidos em que cúpulas são responsáveis por tomar decisões e distribuir recursos - algo mais frequente entre partidos tradicionais -, a ausência de diretórios ou setoriais de diversidade faz mais difícil e solitária a tarefa de exercer pressão por espaços, visibilidade e financiamento.

Evorah Cardoso explica que a ausência ou presença de setoriais demonstra a centralidade que a diversidade tem em determinado partido:

*“Não são muitos os partidos que têm setoriais de LGBT+. Nem todos os partidos têm setoriais de mulheres. A gente vê que os partidos não colocam como centralidade essa pauta, pelo menos em termos de organização interna”*

**As setoriais de diversidade são uma ótima ferramenta para fazer frente a ou pressionar cúpulas partidárias e debater decisões de diferentes temáticas e áreas.** A posição do #VoteLGBT, segundo Evorah Cardoso, é de que as setoriais LGBT+

deveriam ser incentivadas, independentemente do posicionamento ideológico do partido: *“Do nosso ponto de vista todo o partido deveria ter o setorial LGBT+. Não importa nem qual é a posição ideológica dele porque as pessoas LGBT+ são diversas”*

Desenvolver setoriais LGBT+ dentro dos partidos é um exercício e uma fonte valiosa de aprendizagem política.

**Se o partido faz uma mediação das aspirações entre população e Estado, as setoriais mediam interesses específicos entre militantes e o partido.** Nesse sentido, Cleyton Feitosa menciona que as setoriais LGBT+ :

*“São as instâncias por excelência que fomentam o debate sobre diversidade sexual e de gênero nas agremiações partidárias, incentivando o partido a conferir mais atenção à questão. (...) elas contribuem para arejar esse espaço político, pressionando os dirigentes e acolhendo os militantes.”*

Uma setorial LGBT+ é o lugar ideal para treinar habilidades políticas dentro de um partido, reconhecer e desarmar formas de discriminação, além de criar articulações fortes de acolhimento e mais representatividade. **Tudo o que se aprende numa setorial é uma lição que se leva para fora dos partidos e para outras esferas da política.**

*“Uma setorial é um lugar em que essas candidaturas poderiam se encontrar, se reconhecer, reclamar do partido, tomar posição em determinados assuntos e cobrar essas posições de políticos do partido, sejam eles eleitos ou não” (Evorah Cardoso, #VoteLGBT, 2020)*

Juntos, militantes diversos poderão identificar barreiras estruturais que os afetam de forma parecida. Poderão construir visões críticas contra mecanismos e processos que isolam e discriminam. Poderão interseccionalizar pautas com áreas como educação, economia, saúde, meio ambiente, política exterior, entre outros.

**Muitas vezes, o reconhecimento de uma setorial vem por meio de um bom resultado frente a uma disputa interna de poder. É necessário se preparar para disputar espaços e ideias.** Para Feitosa,

*“as setoriais disputam as engrenagens dos partidos para que eles sejam mais permeáveis às demandas do segmento e isso passa por um certo convencimento da direção de que essa é uma pauta necessária e até mesmo útil para o partido. E convencer na política muitas vezes implica em disputa. Às vezes, as setoriais disputam propostas e decisões nos congressos partidários e isto demanda voto dos filiados”*

Além de serem um espaço de construção de capital político, **as setoriais podem ser um espaço que permite exercer uma série de atividades que colaboram com a formação política, como:**

*“Ações criativas que potencializem a temática e democratizem o partido: campanhas de recrutamento, acolhimento de novatos, elaboração de*

*táticas e estratégias, diálogos com a direção para mais apoio financeiro a candidaturas ou mesmo de tempo de TV e rádio nas campanhas, inclusão da defesa em programas partidários, formação política tanto para dirigentes sobre a questão quanto para os militantes sobre como disputar eleições, por exemplo, etc”.*

Na mesma medida em que os militantes constroem a setorial e imprimem nela um ponto de vista e um estilo de ação política, criam uma instância que os ajuda e lhes dá suporte.

As setoriais dão mais qualidade aos partidos. Instituições partidárias que reúnem pessoas que pensam diferente e tiveram trajetórias de vida diversas terão melhor capacidade em pensar, debater e representar a complexidade brasileira. É o que aponta a posição do Renova BR:

*“A importância da democracia representativa é exatamente isso: pessoas diferentes, de ideologias e experiências de vida diferentes, para que possam representar partes da população tão diferentes entre si, dentro de um mesmo país”*

Alexya Salvador destaca que a presença da diversidade na disputa eleitoral é um benefício para todos, porque *“demonstra que o partido é aberto à mudança social, à reescrita da história”*. Salvador, no entanto, menciona que certos partidos de direita têm candidaturas LGBT+ *“numa tentativa de sinalizar que eles estão abertos ao diálogo quando na verdade não estão”*.

Pode ser, entretanto, que uma pessoa entre para um partido e não encontre uma setorial com a qual possa se identificar. Nesse caso, a construção do capital político poderá vir acompanhada de apoios externos e de ativismo suprapartidário, que podem dar ferramentas e fôlego para a constituição de setoriais de diversidade em partidos que não as possuem.

# EIXO ATIVISTA: A EXPERIÊNCIA DAS CANDIDATURAS COLETIVAS

A participação das coletividades na esfera política é um caminho para antagonizar com a política individual, patriarcal, verticalista e heterocisnormativa.

É importante ir além dos partidos. Symmy Larrat defende que *“o partido é uma ferramenta, e não um fim”*. Nesse sentido, ela propõe pensar uma candidatura a partir do compromisso com uma coletividade:

*“Quem vai se candidatar tem que pensar que quer se candidatar para uma coletividade. Se eu quero me candidatar para promover uma coletividade, eu tenho que pensar em um lugar que não coliga com quem quer nos destruir. Que promova essas pautas, que se posicione. Que não esteja coadunando com práticas que nos excluem e que nos matam”.*

O pensamento político orientado em benefício da coletividade oferece discernimento sobre ações e passos políticos a seguir. É uma lente que facilita o posicionamento pessoal diante de diferentes desafios. Há um ponto de inflexão político quando se deixa de pensar as candidaturas LGBT+ como um ato individual e se passa a pensá-las como ato coletivo.

Para Evorah Cardoso, pensar as candidaturas de forma coletiva

*“é algo que o movimento LGBT+ tem que aprender a fazer. A gente vê uma sucessão de candidaturas individuais LGBT+, que ou são massacradas (e essas pessoas nunca mais querem disputar política), ou não ganham a quantidade de votos, mas continuam numa missão de eleições individuais. Não necessariamente se articulam em candidaturas coletivas. Acho que seria possível imaginar uma coletividade LGBT+ mais ampla, disputando esses espaços institucionais e isso não está acontecendo”*

A mobilização coletiva é mais potente que grupos de candidaturas isoladas e pulverizadas em diferentes partidos. Nesse sentido, o cientista político

Cleyton Feitosa vê potencial na construção de capital político LGBT+ mediante candidaturas coletivas.

*“É um esforço de reunir mais capital político: em vez dos recursos de uma única pessoa, é o investimento de três, quatro ou cinco atores em uma mesma inscrição na justiça eleitoral. Além disso, também percebo a intencionalidade de tensionar o atual modelo de representação política vigente nas democracias liberais em que apenas uma pessoa poderia representar interesses de milhares ou milhões de outras. É uma tentativa de coletivizar algo que sempre foi bastante individual e personalista”*

As eleições de 2016 viram os primeiros e enormes impactos das candidaturas coletivas. O movimento de articulação nacional, Ocupa Política, ajudou a eleger Marielle Franco, no Rio de Janeiro, Taliria Petrone, em Niterói, Sâmia Bomfim, em São Paulo, Fernanda Melchionna, em Porto Alegre, Marquito, em Florianópolis e Ivan Moraes, em Recife.

O Ocupa Política gera instâncias de diálogo em diferentes cidades, rede de apoio e recursos para pessoas que querem participar da política e acreditam em princípios comuns, alinhados à “redução das desigualdades, busca por justiça social e por outras economias, baseadas na cooperação e na solidariedade”. Em 2020, lançaram uma cartilha para construir campanhas eleitorais e hackear a forma de fazer política, um documento que vale a pena ser lido.

Algo importante a destacar é que o Ocupa Política se posiciona a partir de uma lógica política baseada no afeto. Em seu manifesto, menciona compartilhar “a disposição de construir outra política: radicalmente democrática, laica, diversa, baseada no cuidado e no afeto, no fazer coletivo e na cooperação”, algo diametralmente oposto à política do ódio e da violência.

Esse posicionamento vem acompanhado do uso popular dos meios de comunicação, que “permita que todas as pessoas participem do debate público através de rádios e tevês públicas, populares e comunitárias, além de Internet com garantia de acesso, liberdade de expressão, privacidade e neutralidade da rede”. Estamos falando de uma nova articulação política de rede que salta as barreiras impostas pelos partidos.

O exemplo concreto do Muitas, candidatura coletiva que surge no entorno do Ocupa Política, em Belo Horizonte, demonstrou a possibilidade de se realizar um mandato coletivo. Segundo Evorah Cardoso, o Muitas é “um movimento plural que envolve o pessoal da cultura, do movimento negro, do hip hop, LGBT+, pessoas com deficiência... Você junta toda essa galera e é um movimento que existe para além do espaço partidário, para além do espaço dos mandatos que são eleitos (...) E agora eles estão de novo disputando eleições municipais, e a Áurea vai disputar prefeita”.

Muitas conseguiu eleger duas vereadoras de uma candidatura coletiva de 12 pessoas em 2016. Naquele momento, Áurea Carolina, Cida Falabella e primeira suplente Bella Gonçalves criaram o Gabinetona, uma gestão compartilhada de

mandato. A experiência foi tão frutífera que levou Áurea Carolina à Câmara dos Deputados dois anos depois, sendo a mulher mais votada no estado de Minas Gerais.



Com atuação em esferas municipal, estadual e nacional, o Gabinetona é, segundo seu site oficial:

*“uma experiência de ocupação cidadã da política institucional. Este projeto, sem precedentes na política brasileira, reúne quatro mandatos parlamentares em um mandato coletivo com ações e estratégias compartilhadas. Ao todo, são mais de 90 ativistas, trabalhadoras e pesquisadoras em estreito diálogo e cooperação com cidadãs e movimentos, e em sintonia com as lutas populares” (Gabinetona, [link](#))*

Na prática, o Gabinetona mapeia lutas populares e suas pautas mais importantes, cria laboratórios populares para a construção coletiva de projetos de lei, e ativa grupos fortalecedores que dão apoio coletivo ao mandato.

### **Como é possível propor uma candidatura coletiva?**

Uma das perguntas que emerge é sobre o status legal de uma candidatura coletiva. Pela lei, um número de CPF corresponde a uma candidatura. Em caso de eleição, a pessoa que encabeça a candidatura será diplomada. O que muda é a forma de pensar o modelo do mandato, sua gestão e os apoios. As candidaturas coletivas dão visibilidade à equipe que tomará as decisões do gabinete e se aproximam de movimentos sociais.

Um segundo caso relevante ocorreu em Pernambuco, nas eleições de 2018. Na disputa por uma vaga na Assembleia Legislativa do estado, cinco mulheres se

candidataram para ocupar uma das vagas em disputa: Carol Vergolino, Joelma Carla, Kátia Cunha, Robeyoncé Lima e Jô Cavalcanti.

Nas urnas, o nome que aparecia era Juntas, mas Jô Cavalcanti foi a representante legal da candidatura perante o TRE. A proposta do Juntas dividiu salários e decisões por uma melhor qualidade de representação política. Em entrevista ao G1, Carol Vergolino comentou que a experiência do Juntas subverte a lógica política tradicional.



*Somos uma 'mandata coletiva' porque somos feministas. A gente entra para rasgar esse sistema político e para dizer que a política pode acontecer de outro jeito, por isso a gente inverte a lógica linguística e trazemos essa ideia de coletividade, em que tudo vai ser decidido em conjunto", explica a jornalista Carol Vergolino. (G1, 2018, [link](#))*

**As candidaturas coletivas são a antítese à estrutura partidária tradicional e patriarcal que tokeniza, isola e minoriza diversidades brasileiras.**

Elas discutem e criam propostas para diferentes áreas de políticas públicas, saindo do lugar delimitado que alguns partidos impõem às diversidades. Por resolver muitas barreiras e por integrar múltiplos olhares, seu potencial é tão grande.

Para o cientista político Cleyton Feitosa, essas candidaturas têm o poder de gerar transformações nos partidos e na própria percepção da democracia:

*“tanto candidaturas coletivas quanto os movimentos sociais podem pressionar os partidos a serem mais democráticos e a estarem mais conectados com os anseios da sociedade civil e da construção da cidadania. Sem essas conexões com a sociedade, os partidos se tornam cada vez mais fechados e as pessoas não veem a importância deles para a democracia”.*

**As candidaturas coletivas poderiam terminar salvando os partidos da crise de representatividade que começou a se expressar em 2013.**

Elas podem ajudar a melhorar os partidos. Segundo o cientista político Rodrigo Mayer, as candidaturas coletivas

*“trazem demandas, experiências e propostas de políticas públicas distantes das realidades da maioria dos legisladores. Seus efeitos sobre os partidos são parecidos. A interseccionalidade auxilia as legendas na formulação de programas e projetos mais condizentes com a questão de raça, classe e gênero. Por isso é fundamental pensar a ação política LGBT+ a partir da relação com a interseccionalidade, como pontes que permitem gerar avanços concretos”*

Por outro lado, o cientista político Gustavo Gomes da Costa considera que a articulação interseccional de candidaturas coletivas tem um grande potencial para obter votos, o que está associado a uma boa performance eleitoral:

*“Para que esses mandatos, para que essas campanhas consigam ter um desempenho melhor, de atrair os votos de quem quer votar em grupos minorizados, a articulação interseccional de corpos é bastante produtiva. Ela consegue angariar mais votos. As pessoas sentem que os votos delas estão valendo mais (...) Isso é uma coisa que já está bombando. Chegou para ficar”*

Essa boa performance nada mais é que o efeito de outra forma de fazer política, começa muito antes das eleições e tem impactos que vão além delas.

# A MAGIA DA INTERSECCIONALIDADE

O surgimento de candidaturas coletivas e de movimentos de apoio suprapartidários como o Ocupa Política, o #MeRepresenta, o Campanha de Mulher, o #VoteLGBT, entre outros, é evidência de que nossa política está passando por transformações profundas.

Essas iniciativas estão hackeando a produção de capital político e dando soluções mais legítimas à crise de representação política que se iniciou em 2013, quando a população brasileira notou que os partidos tradicionais, verticais, racistas, patriarcais e heteronormativos pouco representavam a diversidade brasileira no momento de tomar decisões importantes.

Como essas candidaturas expõem de forma clara e contundente as limitações da representação política feita por políticos de perfil tradicional, sofrem ataques constantes.

A força e a constância desses ataques, num amplo espectro de intensidades, como o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes e a profusão de bots que difundem mensagens de ódio e ameaças nas redes, são nada mais que reflexos da força transformadora das candidaturas coletivas contra o status quo.

Hoje, as candidaturas coletivas são os melhores mecanismos para que os corpos expostos à violência, e menos atendidos pela proteção do Estado, possam transformar o estado das coisas por meio da política. Elas são a fórmula que as diversidades brasileiras teceram para que LGBT+, negros, mulheres, indígenas, entre outros possam alcançar a esfera política, interseccionalizando suas pautas.

Está funcionando.

Pode ser que as diversidades ainda não tenham alcançado o gozo político no sentido do exercício pleno dos direitos, mas começaram a se encontrar com representações políticas de melhor qualidade para defender seus interesses na política.

O caminho está em construção.

Já se encontrou uma forma de desfrutar a política, de uma forma oposta ao sentido perverso e violento do gozo. Descobriu-se que a política pode ser feita com desfrute das diferenças humanas, com a construção de afeto e acolhimento, de empatia e escuta.

Esse é o efeito tangível, institucional e transformador das movimentações que começaram em 2013.

Novos corpos estão encontrando formas de ocupar a política de forma mais horizontal e humana, e de forma exponencial. Esse processo apenas começou.



# DA VISIBILIDADE AO PODER DE AÇÃO

Pensando nas diferentes esferas de movimento que nos permitirão colocar nossos desejos na forma de políticas públicas e projetos de lei, além de criar instâncias de gozo do político, identificamos diferentes etapas para a articulação política LGBT+.

1. Sair do armário e ir pra rua
2. Dizer oi aos partidos para ganhar experiência de negociação e disputa
3. Lutar por visibilidade das vozes e corpos diversos nos partidos
4. Aprender e dominar aspectos técnicos e processuais das decisões políticas
5. Não se limitar a questões de gênero e sexualidade
6. Estudar e discutir pautas como educação, economia, segurança, meio ambiente
7. Disputar recursos, decisões e lideranças dentro dos partidos
8. Interseccionar com outras diversidades, criando um espaço seguro e afetuoso de diálogo e conhecimento para com elas
9. Criar projetos e propostas de lei que melhorem a qualidade de vida e expandam direitos de pessoas diversas
10. Participar de candidaturas coletivas, como apoio ou como candidate
11. Participar de organizações suprapartidárias que dão suporte à diversidade no país
12. Disputar, já dentro do poder executivo ou do poder legislativo, decisões que fortaleçam a democracia, a segurança, o bem-estar e a promoção de oportunidades para pessoas diversas

# O QUE OS PARTIDOS PRECISAM APRENDER

Do ponto de vista dos partidos, identificamos algumas aprendizagens necessárias para que melhorem sua capacidade de representação a partir de um ponto de vista de diversidades.

1. Entender que pautas diversas - ou identitárias - são pautas civilizatórias e humanitárias
2. Acolher vivências e corpos diversos para melhorar a qualidade da representação partidária
3. Criar setoriais diversas e espaços de interseccionalidade
4. Convidar militâncias diversas a debater diferentes temáticas, não somente aquelas associadas a suas identidades
5. Abrir espaços de poder e lideranças partidárias com cotas para as diversidades
6. Criar canais de comunicação digitais que atendam de forma rápida e acolhedora às pessoas que querem participar da militância partidária
7. Valorizar financeiramente as candidaturas diversas, apostar no seu potencial
8. Oferecer instâncias de formação política interseccionais

# DICAS PARA QUEM QUER SE CANDIDATAR

Ou como fazer a sua candidatura brilhar, segundo nossos entrevistados



## ESCOLHER UM AMBIENTE AMIGÁVEL E ACOLHEDOR A SUA IDENTIDADE

Sempre escolhi partidos que eu possa pelo menos disputar a partir ou sem deixar de ser quem eu sou de viver como vivo e sem abandonar uma identidade. "A minha práxis política então eu sempre fiz essa escolha".  
*Symmy Larrat*

01



## NÃO SE DEIXAR INVISIBILIZAR

"Você vai encontrar esses desafios de invisibilidade de não acolhimento de silenciamento de não promoção que na verdade são situações que a gente já vive socialmente independente de ser de trazer uma legenda partidária relacionada ao seu nome. As pessoas LGBT+ já vivem isso na sociedade então essas pessoas têm que entender que elas vão viver isso de maneira mais acentuada também dentro do processo eleitoral dentro de uma legenda partidária dentro de uma convenção de um processo de construção política"

*Alexya Salvador*

02



## SEGUIR EM FRENTE E PASSAR COM O AMOR

Para convencer, eles que se danem, eles que aturem a gente. é isso mesmo assim, eu acho que a grande mensagem é deixa o ódio de lado que a gente vai passar com nosso amor, "porque esse amor é altamente político assim".

*Eliseu Neto*

03



## DOMINAR AS REGRAS ELEITORAIS

É importante conhecer as regras eleitorais (quociente eleitoral, o funcionamento do sistema eleitoral proporcional de lista aberta) e fazer trabalho de base. "O ideal seria conhecer as principais funções dos partidos (representação, recrutamento, organização da disputa eleitoral e dos governos, o funcionamento interno dos partidos, entre outros)".

*Rodrigo Mayer*

04



### CRIAR PONTES INTERSECCIONAIS

Pensar a temática LGBT+ dentro de uma lógica de articulação. Articulações com coletividades reais: meio ambiente, movimento negro, mulheres. “Não se limitar a questões de diversidade e sexualidade. Interesse em outras áreas como orçamento, justiça, meio ambiente, etc”.

*Gustavo Gomes da Costa*

05



### A GENTE PRECISA DISPUTAR AS DIFERENTES PAUTAS

“Somos muitos e representamos uma luta muito ampla, e da mesma forma que somos plurais enquanto comunidade também devemos ser plurais nas nossas lutas e perspectivas. Precisamos começar a pautar tudo que está errado, em todas as frentes político-sociais. Todo corpo LGBT+ é político, ainda quem nem todos façam política, mas os que se propõem a fazê-la podem e devem olhar para todas as interseções possíveis”.

*Iran Giusti*

06



### NÃO DESISTIR

“Não desistam porque a política brasileira precisa da nossa presença nesses espaços. (A gente precisa) não só chegar nesse espaço, mas chegando lá (é importante) que a gente possa fazer a diferença e mostrar a que veio”

*Alexya Salvador*

07



### NÃO PODE TER MEDO

“de enfrentar a extrema-direita. Não posso ter medo de enfrentar a bancada da bíblia, a bancada do boi, a bancada da bala. Não pode ter medo de falar a verdade, não posso ter medo de apontar a corrupção. Tem que ter muita coragem porque a gente sabe que somos o país que mais mata LGBT+ no mundo”

*Alexya Salvador*

08



### FOMENTAR INSTÂNCIAS DE FORMAÇÃO PARTIDÁRIA

“Hoje já temos um número expressivo de pessoas LGBT+ se fortalecendo na política institucional, e é fundamental que essas pessoas se unam com figuras da sociedade civil, exijam que o partido forme mais pessoas, e digo formação no aspecto de entendimento, entendimento político, social, histórico e por aí vai. Precisamos derrubar a ideia de que pessoas LGBT+ devem dominar apenas as questões de gênero e sexualidade. Muitos de nós não tiveram acesso a essa formação ampla então é muito importante que partidos também cumpram essa lacuna.”

*Iran Giusti*

09



### BUSCAR ESPAÇOS EXTRAPARTIDÁRIOS DE INTERCÂMBIO

“Participarem de movimentos políticos, instituições de ensino político, como o Renova, pode ser um começo. Não apenas adquirir mais conhecimento sobre o tema, como também participar, conversar com outras pessoas sobre o tema. Percebemos dentro dos nossos cursos, seja na sala de aula online, ou fora dela, a importância do compartilhamento de informações e principalmente de experiências”

*Renova BR*

10



### CANDIDATAR-SE PARA UMA COLETIVIDADE

“É melhor juntar todo mundo para fechar uma candidatura. Para construir uma estratégia coletiva. Os evangélicos já têm uma articulação entre igrejas para que se lance pelo menos um candidato forte por estado. Para que se afunile para um candidato só. Começar a pensar de forma coletiva. Costurar acordos e engajamento”

*Gustavo Gomes da Costa*

11



### APRENDER A ESCUTAR

O político é um funcionário dos cidadãos e das cidadãs brasileiras. Primeiro é a humildade, é fundamental humildade para escuta. “Você não precisa só falar mas escutar o que as pessoas têm a dizer”.

*Toni Reis*

12

# AGRADECIMENTOS

Agradecemos a generosidade pelas experiências, pontos de vista e entrevistas concedidas pelas diversas pessoas que permitiram a realização deste dossiê:

## Alexya Salvador

Militante do PSOL e candidata à vereadora por São Paulo. Primeira reverenda trans da América Latina e primeira mulher trans a adotar no Brasil. Professora e empreendedora criativa.

## Cleyton Cardoso

Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Direitos Humanos e Pedagogo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do Grupo de Pesquisa Resocie - Repensando as Relações entre Sociedade e Estado (IPOL/CNPq). Autor do livro "Políticas Públicas LGBT e Construção Democrática no Brasil" (Editora Appris, 2017). Desenvolve pesquisas sobre as conexões entre o Movimento LGBT+ e os partidos políticos brasileiros.

## Eliseu Neto

Psicanalista, psicólogo, ativista, especialista em Orientação Profissional e defensor dos direitos das pessoas LGBT+. Assessor legislativo da liderança do Cidadania no Senado Federal do Brasil.

## Evorah Cardoso

Professora e ativista, codiretora do #MeRepresenta, integrante do #VoteLGBT e da Rede Feminista de Juristas (deFEMde)

## Fabiano Contarato

Professor de Direito, delegado da polícia civil e político brasileiro. Filiado à Rede Sustentabilidade, é Senador da República pelo Espírito Santo desde fevereiro de 2019.

**Gustavo Gomes da Costa**

Possui Mestrado em Ciência Política pela UNICAMP (2006) e doutorado em Ciência Política na mesma instituição (2011). É atualmente professor adjunto de Sociologia e pesquisador dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e Direitos Humanos (PPGDH) da UFPE.

**Hannah Maruci**

Doutoranda e mestra em Ciência Política na Universidade de São Paulo, onde desenvolve pesquisa sobre a representação política feminina. Bacharela em Relações Internacionais pela PUC-SP (2013). É pesquisadora do Grupo de Estudos de Gênero e Política (GEPÔ) e articuladora do Movimento Mais Mulheres na Política. Atua como formadora política para candidatas, sendo certificada pela Prefeitura de São Paulo como Agente de Governo Aberto. Áreas de interesse: representação política, estudos de gênero e estudos eleitorais.

**Jaqueline Gomes de Jesus**

Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Foi candidata a Deputada Estadual do Rio de Janeiro em 2018.

**Leonardo Rocha**

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisador das áreas de Comunicação Política e Instituições Políticas, com ênfase na ação dos partidos políticos junto às tecnologias digitais. Membro do Grupo de Pesquisa Atores, Instituições e Tecnologias Digitais.

**Rodrigo Mayer**

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Pós-Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

**Sâmia Bomfim**

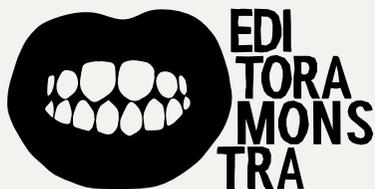
Servidora pública feminista e Deputada Federal pelo PSOL-SP. É formada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e servidora pública na mesma universidade.

**Symmy Larrat**

Presidenta da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Diretora do Centro de Cidadania LGBT de São Bernardo.

**Toni Reis**

Pós-doutor em Educação - Unisinos. Membro Titular do Fórum Nacional, Estadual e Municipal de Educação. Aliança Nacional LGBTI+, Unalgbt, Grupo Dignidade



editoramonstra@casau.org

Este dossiê, em edição eletrônica, foi composto na fonte Reforma. A pesquisa foi conduzida por Giovana Bonamim e as entrevistas, por Claudia Miranda. As colagens e o projeto gráfico são de Marcelo X. A revisão do texto foi feita por Renato Barreto. A publicação foi realizada pela Casa 1 em colaboração com o coletivo #VoteLGBT. Publicado em novembro de 2020, em São Paulo.



Licença Creative Commons CC BY-NC-SA

permite que outras pessoas remixem, adaptem e criem a partir deste dossiê para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Comunidade LGBT+ e partidos políticos no Brasil  
[livro eletrônico] / [organização] Casa 1. --  
São Paulo : Editora Mostra, 2020.  
PDF

ISBN 978-65-992897-0-5

1. Candidatos políticos - Brasil 2. Diversidade sexual 3. LGBT - Siglas 4. Partidos políticos - Brasil I. Casa 1.

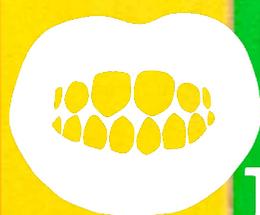
20-48652

CDD-323.40981

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Diversidade sexual : Política : Brasil : Ciência política 323.40981

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427



EDI  
TORA  
MONS  
TRA